



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA**

Processo nº 18471.000096/2005-48
Recurso nº 156.469 Voluntário
Matéria Auto de Infração da Cofins
Acórdão nº 203-13.821
Sessão de 05 de fevereiro de 2009
Recorrente DROGASMIL MEDICAMENTO E PERFUMARIA S/A
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA
SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

Período de apuração: 31/01/1995 a 31/07/1995

AUTO DE INFRAÇÃO. COFINS. DECADÊNCIA. CINCO
ANOS CONTADOS DO FATO GERADOR.

Nos termos da Súmula Vinculante 8 do Supremo Tribunal Federal, de 20/06/2008, é inconstitucional o artigo 45 da Lei nº 8.212, de 1991.—Assim,—a regra que define o termo inicial de contagem do prazo decadencial para a constituição de créditos tributários da Cofins e do PIS/PASEP é a do § 4º do artigo 150 do Código Tributário Nacional, ou seja, cinco anos a contar da data do fato gerador.

Recurso Voluntário Provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da TERCEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, declarando a decadência do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário referente aos fatos geradores constantes nos autos, na linha da Súmula nº 08 do STF.

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

Presidente

ODÁSSI GUERZONI FILHO

Relator



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
TERCEIRA CÂMARA**

Processo nº 18471.000096/2005-48
Recurso nº 156.469 Voluntário
Matéria Auto de Infração da Cofins
Acórdão nº 203-13.821
Sessão de 05 de fevereiro de 2009
Recorrente DROGASMIL MEDICAMENTO E PERFUMARIA S/A
Recorrida DRJ-RIO DE JANEIRO II/RJ

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA
SEGURIDADE SOCIAL - COFINS**

Período de apuração: 31/01/1995 a 31/07/1995

AUTO DE INFRAÇÃO. COFINS. DECADÊNCIA. CINCO
ANOS CONTADOS DO FATO GERADOR.

Nos termos da Súmula Vinculante 8 do Supremo Tribunal Federal, de 20/06/2008, é inconstitucional o artigo 45 da Lei nº 8.212, de 1991. Assim, a regra que define o termo inicial de contagem do prazo decadencial para a constituição de créditos tributários da Cofins e do PIS/PASEP é a do § 4º do artigo 150 do Código Tributário Nacional, ou seja, cinco anos a contar da data do fato gerador.

Recurso Voluntário Provedo.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da TERCEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE, por unanimidade de votos, em dar provimento ao recurso, declarando a decadência do direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário referente aos fatos geradores constantes nos autos, na linha da Súmula nº 08 do STF.

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

Presidente

ODASSI GUERZONI FILHO

Relator

CC02/C03
Fls. 150

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Emanuel Carlos Dantas de Assis, Eric Moraes de Castro e Silva, Jean Cleuter Simões Mendonça, José Adão Vitorino de Moraes, Luciano Pontes de Maya Gomes (Suplente) e Luis Guilherme Queiroz Vivacqua (Suplente).

C
2

Relatório

Trata-se de analisar o Recurso Voluntário interposto pela interessada contra decisão da 5ª Turma da DRJ-Rio de Janeiro II/RJ, que manteve integralmente o lançamento de ofício efetuado pela DRF Rio de Janeiro/RJ para a constituição de crédito tributário da Cofins relativas aos períodos de apuração de janeiro a julho de 1995, no valor de R\$ 1.299.932,73, nele incluídos o principal, os juros de mora e a multa de ofício de 75%. A ciência do lançamento se dera no dia 25/01/2005.

De acordo com a instância de piso, o prazo decadencial para a constituição do referido lançamento seria de dez anos, e não de cinco, conforme reclamado pela autuada.

No Recurso Voluntário a interessada repetiu a argumentação de que, nos termos do § 4º do artigo 150 do Código Tributário Nacional, o prazo decadencial do presente lançamento seria de cinco anos.

É o Relatório.

Voto

Conselheiro ODASSI GUERZONI FILHO, Relator

A tempestividade se faz presente pois, científicada da decisão da DRJ em 01/04/2008, a interessada apresentou o Recurso Voluntário em 30/04/2008. Preenchendo os demais requisitos de admissibilidade, deve ser conhecido.

De acordo com o recente pronunciamento do Supremo Tribunal Federal, por meio da edição da Súmula Vinculante 8, o dispositivo legal que dava sustentação ao entendimento de que o prazo decadencial para o PIS/PASEP e para a Cofins era de dez anos, qual seja, o artigo 45 da Lei nº 8.212, de 1991, foi considerado inconstitucional. Assim, para fins de definição do termo inicial do prazo decadencial, são dois os dispositivos legais a serem consultados, quais sejam, o artigo 173, inciso I, e o art. 150, § 4º, ambos do CTN. No presente caso, a regra a ser seguida é a do § 4º do artigo 150, qual seja, a de que o Fisco dispõe de cinco anos para a constituição de créditos tributários relativos a tributos e contribuições sujeitos ao lançamento por homologação, contados da ocorrência do fato gerador, sob pena da decadência do direito de fazê-lo. E isso, no presente caso, ocorreu para os fatos de janeiro a julho de 1995, visto que a ciência do lançamento se deu em 25/01/2005.

Em face do exposto, dou provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 05 de fevereiro de 2009

ODASSI GUERZONI FILHO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 18471.000096/2005-48

Recurso nº: 156469

TERMO DE INTIMAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 61 do Regimento Interno dos Conselhos de Contribuintes, aprovado pela Portaria MF nº 147, de 25 de junho de 2007, fica o(a) Procurador(a) da Fazenda Nacional credenciado(a) intimado(a) a tomar ciência do Acórdão nº 203-13821.

Brasília, 14/05/2009

GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO

Presidente da Terceira Câmara

Ciente em